"O bobo" e a secularização das origens de Portugal em Alexandre Herculano

LARISSA DA COSTA OLIVEIRA *

Publicado pela primeira vez em 1843, *O bobo* foi um romance histórico de autoria de Alexandre Herculano cuja trama gira em torno do desejo de vingança do bobo da corte, chamado D. Bibas, contra Fernão Peres da Trava, conde castelhano amante da rainha portuguesa D. Tereza. Ao longo do romance, além de descrições contextuais sobre o ambiente medieval português e alguns membros da nobreza, há também personagens históricos e fictícios envolvendo-se em dois núcleos centrais[1] (OLIVEIRA, 2000) que são interligados. No âmbito romântico, dois cavaleiros inimigos, um português e outro castelhano, lutam pelo amor da mesma dama da rainha, chamada Dulce, que amava o cavaleiro português. No âmbito político, os personagens que lutam pelo trono são a rainha e seu amante contra o infante Afonso Henriques. Neste entremeio, alguns cavaleiros e nobres são apresentados e também desempenham seus papéis fundamentais no desenrolar do conflito, assim como o personagem que dá nome ao romance, D. Bibas.

Iniciado na vida monástica, da qual desistiu, D. Bibas decidiu tornar-se truão de D. Henrique, antigo marido de D. Tereza. Devido ao seu ofício, este personagem circulava por toda a hierarquia social colocada, fazendo seus jograis e julgando a todos durante as festas do palácio. Em uma noite após um sarau, fez um jogral contra o conde da Trava e seu cavaleiro, fato que levou Fernão Perez a ordenar que o bobo fosse castigado com açoites. Depois de tamanha humilhação, o bobo decidiu se vingar contra o conde e seu cavaleiro, sendo que o caminho encontrado para tal foi a oportunidade que teve para destruí-lo no conflito definitivo que iria estabelecer quem teria o poder sobre Portugal. D. Bibas tinha conhecimento de uma passagem secreta entre o castelo de Guimarães, onde se encontravam a rainha e seus aliados, até o lado de fora da fortaleza, onde estavam o príncipe e seus partidários. Ele revelou esta passagem aos cavaleiros do príncipe, fazendo com que pudessem vencer o conflito e, por consequência, vingando-se contra o conde e seu cavaleiro, que perderam o poder. Este último foi morto em combate pelo cavaleiro português apaixonado por Dulce.

---

* Mestranda em História na Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos. Pesquisa financiada pela FAPESP.

[1] Esta divisão do romance em dois núcleos foi primeiramente esboçada por Paulo Motta Oliveira e utilizada nesta apresentação para facilitar o resumo da trama.

Este breve resumo é necessário para contextualizar o romance e situar a posição na qual se encontrava o bobo da corte, personagem principal e também foco desta análise. Destacou-se, para este evento, uma hipótese levantada para a pesquisa de mestrado sobre o papel desempenhado por D. Bibas e as ligações desta temática principal com a secularização das origens de Portugal por parte de Herculano. Mas primeiro, é necessário esboçar quem é o autor e onde o romance foi veiculado.

Nascido em Março de 1810, Alexandre Herculano cresceu em Lisboa e acompanhou de perto toda a conjuntura política e social portuguesa e sua complexidade nas primeiras décadas do século XIX. O autor estudou no colégio dos Oratorianos e preparou-se para frequentar a Universidade, mas não pode devido a problemas financeiros (SARAIVA; LOPES, 19--). Com isto, Herculano estudou Matemática e frequentou a Aula do Comércio na Escola Naval, o que o permitiu dar início à sua carreira comercial que não foi tão duradoura. Também frequentou a aula de Diplomática na Torre do Tombo, desenvolvendo suas habilidades como historiador (CATROGA, 1998). Sempre foi muito próximo dos conhecimentos literários, estudando diversos idiomas e também frequentando os salões literários da Marquesa de Alorna (SERRÃO, 1977. SARAIVA; LOPES, 19--).

Para além deste interesse literário, Herculano também teve um ativo envolvimento político. Para melhor compreendê-lo, é necessário assinalar o contexto de instabilidade vivido em Portugal desde o início do século XIX, que afetou profundamente as escolhas e caminhos traçados por Herculano. Depois de três invasões francesas no território português, e tendo que contar com a frequente ajuda estrangeira, foi inevitável que ideias francesas se espalhassem pelo território e ganhassem apoio, o que ajudou na formulação de propostas de governo por muitos juristas e letrados oitocentistas, esboçando possíveis caminhos para a nação portuguesa (HOMEM, 2000).

Talvez o mais forte destes caminhos tenha sido o desenvolvimento de ideias liberais e constitucionais (VARGUES, 1998). Nos anos 1820 movimentos liberais tomaram fôlego no continente Europeu e em Agosto de 1820 teve início o processo revolucionário em Portugal que contou com forte apoio militar, defendia a volta da família real a Portugal e a elaboração de uma constituição (VARGUES, 1998). A Revolução Vintista, na opinião de Carvalho Homem, iniciou a implantação do liberalismo em Portugal por meio da criação de um

Congresso Constituinte que foi responsável pela elaboração da Constituição (HOMEM, 2000).

Não demorou para que as divergentes opiniões ganhassem força, e em 1832 iniciou-se a guerra civil com os liberais sob o comando de D. Pedro IV de Portugal contra D. Miguel. O conflito teve fim em 1834 com a vitória de D. Pedro, mas também deixou clara a cisão entre diversas correntes liberais, principalmente duas: vintistas e cartistas (SILVA, 2011. HOMEM, 2000). Herculano participou diretamente deste conflito, uma vez que fazia parte do Regime de Infantaria 4 e envolveu-se na revolta deste contra D. Miguel, o que causou seu exílio primeiro para a Inglaterra e depois para a França. No ano seguinte retornou para Portugal como soldado partidário de D. Pedro IV, por quem lutou no cerco do Porto a favor do projeto cartista (NEMI, 2012. SERRÃO, 1977. SARAIVA; LOPES,19--). Em 1833, com o fim dos conflitos, Herculano situou-se no Porto e foi nomeado segundo bibliotecário da Real Biblioteca Pública, a qual organizou (SERRÃO, 1977).

A revolução de setembro de 1836, também conhecida como Setembrismo, foi um conflito entre as duas principais vertentes políticas liberais, na qual os revolucionários chamados vintistas recuperaram a Constituição de 1822 até que uma nova ficasse pronta, a Constituição de 1838 (HOMEM, 2000). Na opinião de Jorge Claudio Bastos da Silva, "*Para Herculano, a Carta de 1826 criou condições para o progresso individual e social português enquanto a Revolução Setembrista de 1836 e o restabelecimento da Constituição de 1822 sufocavam as liberdades individuais*" (SILVA, 2011: 19). Nesse sentido, Herculano negou-se a assinar o juramento exigido aos funcionários públicos de lealdade ao governo implantado por esta revolução e pediu demissão de seu cargo como uma forma de protesto político, deixando claro que não queria se submeter ao regime político que considerava "injurioso" para com o cartismo que ele defendeu anos antes (SERRÃO, 1977).

Em 1837 Herculano retornou para Lisboa, tornou-se diretor d'*O Panorama* e, em 1839, já era renomado jornalista português e escritor conhecido. Também foi convidado pelo rei Fernando II a ser encarregado da Real Biblioteca do Paço e da Ajuda (SERRÃO, 1977). Em 1840 ele chegou a ser eleito deputado, alinhado ao partido cartista de oposição, e apresentou um plano de ensino popular, mas logo deixou o cargo (SARAIVA; LOPES, 19--). As frequentes mudanças políticas vividas por Herculano dialogaram diretamente com seus escritos e suas ideias. Em meio ao contexto instável oitocentista, as possibilidades para

delinear os caminhos seguidos por Portugal ainda estavam abertas, e os letrados e intelectuais da época viam como sua responsabilidade esboçar projetos para a sociedade, buscando ainda restabelecer o papel de Portugal em meio às demais nações europeias.

Depois de mudar-se para Lisboa em 1837, Herculano atuou como jornalista e tornou-se membro da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Esta Sociedade tinha por objetivos editar e publicar textos e documentos considerados importantes para o desenvolvimento de Portugal e que fossem interessantes à sua história, tendo recebido autorização do governo para recolher o material necessário nas bibliotecas e arquivos do país (SERRÃO, 1977). Isto foi parte de um projeto para resgatar o que os integrantes da Sociedade considerassem como a "alma" do povo português, de sua memória e sua história, tendo como um de seus objetivos regenerar a sociedade que, então, consideravam decadente. Nesse sentido, o estudo da história ganhou um papel cada vez mais fundamental para os letrados, o que culminou também em diversos conflitos com relação ao que eles entendiam do passado português e como o representavam.

Como já estabelecido no nome da Sociedade, a ideia de utilidade passou a ser parte de seu veículo de divulgação do conhecimento, no caso, o periódico. Especificamente no caso do romance, tinha vez uma noção de utilidade estritamente ligada ao passado, e à função que o seu estudo adquiria para a sociedade contemporânea. O historiador Fernando Catroga aponta que durante as primeiras décadas oitocentistas, a educação ganhou cada vez mais espaço nas preocupações dos intelectuais, considerada formadora de uma consciência nacional principalmente com os estudos de literatura, história e moral vinculados ainda à recuperação de um passado considerado socialmente útil para o presente (CATROGA, 1998).

O próprio desenvolvimento e equiparação da sociedade portuguesa com as demais nações europeias, especialmente com a Inglaterra e a França, era um objetivo para Herculano e para a Sociedade. Note-se que até os anos 1850 a maior parte da população portuguesa era analfabeta, de modo que uma das funções do periódico era, não apenas ensinar sobre o passado e os valores defendidos pelos letrados que o editavam, como também desenvolver na população um gosto pela leitura e pelo aprendizado, revertendo a condição de analfabetismo (OLIVEIRA, 2011. RODRIGUES, 2008) e, por conseguinte, tentando dar a Portugal um caráter de país "desenvolvido" no mesmo patamar que outros.

Ambos periódico e Sociedade foram fundados em 1837, vinculados à difusão da cultura letrada. Visavam não apenas valorizar o que seriam partes da "alma portuguesa", das "coisas da terra" como também desenvolver na população um sentimento nacional e regenerar a sociedade que, em sua perspectiva, encontrava-se em um estado de decadência (SANT'ANNA, 2009).

O Panorama tinha inspiração em outros periódicos com os quais Herculano teve contato ao longo dos anos 1830, especialmente o semanário inglês *Penny Magazine* e o francês *Le Musée des Familles*, por seus objetivos de divulgarem um conhecimento e tentarem introduzir o hábito de leitura até nas camadas mais baixas e pobres da população (SANT'ANNA, 2009). Seu redator chefe foi Alexandre Herculano, desde sua fundação até o ano de 1839, quando saiu e retornou em 1842. Em 1845 a Sociedade foi extinta e o periódico foi cancelado até o ano seguinte, quando foi vendido para um empresário (SANT'ANNA, 2009).

Considerando o veículo de publicação do romance podem-se compreender melhor os conteúdos veiculados por ele. Especialmente sua preocupação com o olhar internacional sobre Portugal e a constante apreensão e tentativa de seguir de perto os países considerados mais desenvolvidos. Isto se dá especialmente para o tema escolhido para esta apresentação.

Por meio de seus diversos escritos acadêmicos, é consenso que Herculano sempre teve uma preocupação constante em demarcar a existência da nação portuguesa com base na vontade humana e afirmar que ela foi uma construção (MATOS, 1998). Em *O bobo*, a preocupação com a escrita da história próxima dos parâmetros que se desenvolviam até então é constante, visto as explicações, contextualizações, notas de rodapé explicativas, dentre outros elementos textuais que Herculano colocou em sua escrita. É importante ressaltar que isto não quer dizer que o autor abriu mão da liberdade trazida pelo gênero literário em detrimento do gênero historiográfico. Mesmo assim, suas duas facetas de historiador e literário são constantemente mescladas, evidenciando uma preocupação maior que apenas o entretenimento do leitor. Em um trecho, o autor afirma:

> *Que todos aquelles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da historia se dediquem a ella. No meio de uma nação perdida, mais rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de*

> *magistratura moral, é uma especie de sacerdocio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime*.
> *E a arte? Que a arte em todas as suas fórmas externas represente este nobre pensamento: - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eccho das eras poeticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados.* [2] (HERCULANO, 1843: 12)

Nesse sentido, não apenas uma função do historiador, mas de todos os meios possíveis, o passado se tornou um objeto a ser retomado, estudado e divulgado para todos, visando principalmente "regenerar" o que seria a "alma portuguesa" no ponto de vista de Herculano. No entanto não era qualquer passado a ser estudado. O recorte feito pelo autor selecionava uma Idade Média idealizada, na qual estariam os valores perdidos no decorrer dos séculos. Isto não é diferente do caso de *O bobo*. Herculano selecionou um momento-chave da história portuguesa, que foi o conflito de Afonso Henriques contra sua mãe e o amante estrangeiro, além dos acontecimentos imediatamente anteriores a ele. Neste conflito o príncipe apenas venceu porque D. Bibas interveio e mostrou a seus cavaleiros uma passagem secreta. O bobo, por sua vez, decidiu tal ação como um modo de vingar-se contra o conde estrangeiro que o havia condenado ao açoite por causa de um jogral.

Segundo Herculano, "Dom Bibas não era bobo; era o diabo" (HERCULANO, 1843:44).

> *Mas no meio do silencio tremendo de padecer incrivel e de soffrimento forçado, um homem havia que, leve como a propria cabeça, livre como a propria língua, podia descer a subir a ingreme e longa escada do privilegio, soltar em todos os degraus dela uma voz de reprehensão, punir todos os crimes com uma injuria amarga, e patentear deshonras de poderosos, vingando assim, muitas vezes sem o saber, males e opressões de humildes. Este homem era o truão. O truão foi uma entidade mysteriosa da idade media. Hoje a sua significação social é desprezivel e impalpavel; mas então era um espelho que reflectia, cruelmente sincero, as feições hediondas de sociedade rachytica e imcompleta. O bobo, que habitava nos paços dos reis e dos barões, desempenhava um terrivel ministerio. Era ao mesmo tempo juiz e algoz; mas julgando, sem processo, no seu foro intimo, e pregando, não o*

[2] A grafia original foi mantida em todas as citações da fonte estudada.

> *corpo, mas o espirito do criminoso no potro imaterial do vilipendio.* (HERCULANO, 1843: 22)

O autor descreveu a importância que era dada ao cargo do truão, aumentando ainda mais o sentimento de inconformidade por ele ter recebido o castigo injusto devido a apenas realizar sua função, seu trabalho com um jogral. Ele era o único que caminhava na hierarquia estabelecida e podia julgar a todos sem consequências. No seu momento truanesco, o bobo ria de todos e até o rei era considerado como "seu servo" (HERCULANO, 1843: 22). Mas passadas as horas de festa e deleite, a vida do truão era miserável e, apesar de criticar a todos, D. Bibas é descrito como alguém que jamais desrespeitou quem não merecia, diferente do Conde da Trava. De certa forma, isto tenta justificar o fato de o bobo ter se vingado contra quem o maltratou, o desrespeitou e desrespeitou as tradições portuguesas.

> *D. Bibas, debaixo da cruz da sua espada de lenho sentia bater um coração portuguez – portuguez da boa raça dos godos. Supponde o mais humilde dos homens; supponde a mais nobre, a mais poderosa mulher: que esse homem a salpique do lodo da injuria, e será tão infame e covarde como o poderoso entre os poderosos, que insultasse a donzella innocente e desvalida.* (HERCULANO, 1843:23).

Note-se que o autor afirmou que ele tinha um coração português, e nunca foi "covarde" para maltratar uma dama ou um homem humilde. Ao descrever o truão desta maneira, Herculano estabeleceu um parâmetro oposto para o conde da Trava que, ao longo do romance, desrespeitou não apenas a rainha, mas também todas as tradições e valores portugueses. Nesse sentido, pode-se afirmar que a revolta do truão contra o conde foi justificada por Herculano, uma vez que houve um abuso do poder real e desrespeito com os súditos:

> *Posto ás varas como um servo, elle homem livre; elle tão mimoso de seu bom senhor D. Henrique! As lagrymas correram abundantes por essas faces habituadas de longos anos unicamente ás contracções das visagens truanescas. As lagrymas, porem, nem o consolaram, nem bastavam á sua desasperação.* (HERCULANO, 1843: 143).

Esta descrição de dom Bibas e suas razões para querer se vingar são importantes porque foi justamente sua vingança que mudou o destino de Portugal. Além disto, o modo como Herculano utilizou este episódio somado à questão da vingança para afirmar que os atos humanos constroem a história, são indícios de sua preocupação com a secularização das origens de Portugal.

> *Não foi esta a primeira vez, nem será a última, em que uma batalha ou um caturra influam na existencia ou não-existencia, no modo de ser ou de não-ser destes corpos moraes chamados nações, que apesar da sua individualidade, em rigor ideal e abstracta, não deixam de parecer corpos physicos – pela falta de vontade e de intelligencia* (HERCULANO, 1843: 242).

Estudando as diversas obras historiográficas de Herculano, o historiador Fernando Catroga acredita que, para este letrado, Portugal não surgiu como uma nação. Ela foi construída historicamente:

> *A independência não era um ditame de origem divina, nem se encontrava inscrita na ordem da Natureza [...]. Assim sendo, ter-se-ia de concluir que foram os portugueses que fizeram de Portugal um ser histórico, pois, província que se separou de Leão, foi-se constituindo 'como indivíduo político pelo esforço e tenacidade dos nossos primeiros príncipes e dos seus cavaleiros, o Reino de Portugal formou-se pelos dois meios da revolução e da conquista'* (CATROGA, 1998b: 468)

Este trecho é bastante elucidativo quanto à concepção de Herculano sobre a formação de Portugal. Ao afirmar que o país foi construído por portugueses por meio da revolução, Herculano concretizou a particularidade de sua nação e uma história baseada na vontade e na ação próprias, e no desejo de ser livre.

Neste caso, a hipótese que se coloca é voltada também para outra lenda que Herculano criticava, o milagre de Ourique. Acredita-se que seja possível estabelecer uma ponte entre ele e o romance estudado e compreender melhor o significado de D. Bibas neste contexto. O milagre de Ourique foi muito difundido em Portugal e versa sobre a aparição e Cristo em

campo de batalha para Afonso Henriques, na luta contra os mouros. Isto teria sido considerado um sinal de sorte e de vitória na batalha.

O caso aqui estudado remete a uma batalha anterior, conhecida como batalha de São Mamede na qual o príncipe lutou contra sua mãe, a rainha. Mais que apenas lutar, a vitória na batalha ocorreu devido à aparição de D. Bibas no último momento, logo antes dos cavaleiros partidários de Afonso Henriques serem presos, propiciando um meio de fuga do castelo e, com isto, a vitória. Acredita-se aqui que colocar o bobo da corte como personagem principal do romance que trata sobre o momento de independência de Portugal, cujas ações foram baseadas em uma vontade de vingança pode significar que, por mais que haja uma "vontade divina" sobre o destino e existência de Portugal, são ações humanas e não milagres religiosos que definem os caminhos das nações. Nesse sentido, escrever uma história baseada em milagres, especialmente algo que trata de momentos importantes como a independência, o estabelecimento do poder real, dentre outros, seria altamente questionável por outras nações. O bobo pode ser considerado, dentre outros possíveis significados, também uma crítica à divulgação de mitos, lendas e milagres como tentativas de justificar a existência de Portugal. Ele seria o representante da ação humana, discreta ou não, que delineia e constrói os caminhos percorridos pelas nações na história.

É conhecido o lado crítico de Herculano especialmente com relação ao milagre de Ourique (MATOS, 1998). Ao rejeitar a história portuguesa como sido pautada por milagres, o autor defende sua construção e independência vindas da índole do povo português, pautada por batalhas e ações terrenas, situando a nação de um modo secularizado. Herculano não negou a existência de uma dimensão religiosa. Ele chegou a afirmar que estava nos planos divinos que Portugal existisse e tivesse um importante papel no jogo das nações europeias ocidentais:

> *Dessa frouxidão dos laços sociais nasceu a nação portugueza.... e no modo porque esta planta debil e tenra pôde escapar ás repetidas procellas, que a cercavam nos primeiros dias da sua vegetação, descobrem os olhos mais incredulos a mão da Providencia.* [...] *Quaes seriam hoje as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Occidente, se Portugal tivesse perecido no berço? Quem ousará dizer: sem Portugal a civilisação do genero-humano seria hoje qual é? [...] Mas a existencia da monarchia portuguesa estava decretada na mente de Deus. Este paiz, cujos destinos eram o conquistar para o christianismo e para a civilização três partes do mundo,*

> *devia ter em recompensa unicamente a gloria: e a gloria delle é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, o seu nome, que retumbou por todo o globo, pertence a um povo sumido no meio dos grandes imperios da terra.* (HERCULANO, 1843: 11-12)

Então havia uma ajuda divina, mas o que de fato ocorria, era a vontade humana:

> *Mas o senhor de Trava não se lembrava nos seus cálculos politicos d'uma circumstancia que devia influir no resultado final delles. O grande pensamento do conde Henrique; o pensamento que o audaz borgonhez acariciára por tantos anos, e a que votára a existencia – a independencia do condado de Portugal – não morrêra com elle: germinou, alimentou-se, e cresceu nas guerras com os leonezes – guerras até certo ponto civis, em que D. Thereza proseguíra com tenacidade implacável. As mais provincias da Hespanha gradualmente foram parecendo aos olhos dos cavalleiros portuguezes uma terra estrangeira, estranhos os filhos delas. Um sentimento de nacionalidade surgiu nos corações, vago e confuso, mas enérgico.* (HERCULANO, 1843: 40)

Conforme apontado por Sérgio Campos Matos (MATOS, 1998), Herculano assumia a existência de um providencialismo, mas recusava que ele tivesse ação no plano concreto. O autor sequer admitia a função pedagógica das lendas milagrosas na construção do nacional. Nesse sentido, e pode-se observar pela descrição que o autor faz de D. Henrique no trecho acima e do príncipe ao longo do romance, ele defendia a recuperação da história e do passado que mostrassem que Portugal foi construído.

Esta tentativa também dialogava diretamente com o regime liberal defendido por Herculano e em vias de legitimar-se no país. Este novo governo não poderia tolerar resquícios dos governos absolutistas anteriores, nem a enorme influência clerical no âmbito político. Se as exigências do novo regime liberal requeriam um olhar para o passado visando legitimar uma nova memória da nação, a mesma não podia questionar os preceitos metodológicos da construção científica do passado que a escrita da história desenvolvia naquele momento (CATROGA, 1998a). Defender mitos e lendas aparentemente infundadas em documentação digna de crédito também iria contra os preceitos da revista na qual o romance foi publicado e da própria Sociedade, cujo caráter iluminista visava a divulgação de um conhecimento de caráter científico e a escrita de uma histórica crítica.

Isto não significa que o autor abrisse mão do estatuto de obra de arte de seus escritos (CATROGA, 1998a). Herculano baseou suas narrativas em documentação encontrada e/ou selecionada por ele durante suas pesquisas nos arquivos europeus. Publicadas em periódicos e em linguagem romanceada, as obras literárias eram mais atrativas para o público que os escritos de cunho acadêmico. Diferente do historiador oitocentista, preocupado com a prova e embasamento documental e a aproximação fiel com o "real", o literato tinha mais caminhos e mais possibilidades para escrever (TASCA, 2011).

A liberdade, ou possibilidades, concedidas pelos escritos literários em relação ao acadêmico podem ser compreendidas também como oportunidades para criticar colocações existentes de uma forma mais ampla para a população, que não se restringisse apenas a um debate entre intelectuais. Nesse sentido procurou-se compreender a temática geral do romance.

Portanto, mais que apenas instruir os seus leitores portugueses sobre o passado de sua nação, o romance pode ser entendido como uma tentativa de Herculano de alertar para a necessidade de basear a história portuguesa em acontecimentos terrenos, secularizados, que fossem aceitos como argumentos também pelas demais nações europeias. Não seria apenas uma busca de uma identidade própria, mas também de autoafirmação para todo o mundo ocidental, e isto só seria possível se seus argumentos fossem baseados em parâmetros aceitos por eles, não se limitando a contentar apenas dentro das fronteiras portuguesas. Isto é ainda mais relevante se pensarmos que ao longo do século XIX a viabilidade da existência de Portugal enquanto nação independente era questionada devido ao seu pequeno tamanho e às reduzidas possibilidades de desenvolvimento interno, especialmente industrial. Foi um período no qual os grandes impérios se expandiam e as nações competiam, enquanto Portugal pareciam estagnado e demasiado envolvido em conflitos internos incapaz de resolvê-los sozinho (MATOS, 1998). Segundo Matos, Herculano chegou a mencionar esta preocupação com a independência portuguesa e a questão do progresso, e também outros intelectuais se questionavam e recorriam frequentemente a outras nações na mesma situação ou que já haviam perdido sua independência política como exemplos com os quais se deveria aprender.

Portanto, escrever um romance no qual é quase irônico que um bobo da corte tenha salvado o país do domínio castelhano pode também ser entendido como criticar bases milagrosas e sua ínfima utilidade como argumentação em prol da independência. Pode-se

também considerar um diálogo com a escrita da História oitocentista, a qual também ganhava um sentido de progresso. Por meio da divulgação do passado português – considerado útil para o projeto liberal de Herculano – o autor via uma forma de desenvolvimento para a sociedade portuguesa, para que esta saísse do seu estado de decadência e se aproximada das nações consideradas como modelares para o letrado.

BIBLIOGRAFIA

CATROGA, Fernando. "Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico". In: TORGAL, L.R; MENDES, J.A.; CATROGA, F. (Autores). *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. Portugal: Temas e Debates, 1998a. Cap. 2, pp.45-98, v. 1: A História através da História.

CATROGA, Fernando. "Romantismo, Literatura e História". In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Co-autor: Regina Anacleto. Lisboa: Estampa, 1998b. v. 5 – O Liberalismo (1807-1890). pp.463-477.

HOMEM, Amadeu Carvalho. "Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo". In: TENGARRINHA (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2000.

MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998. 578 p.

NEMI, Ana Lúcia Lana. Alexandre Herculano e a escrita da História. In: PRADO, Maria Emília. *Atas do IX Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: UERJ/Universidade de Coimbra, 2012.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção. In: Paulo Motta Oliveira; Maria Cecília Bruzzi Boechat; Silvana Maria Pessôa de Oliveira. (Org.). Romannce Histórico: recorrências e transformações. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p. 129-149.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Cartografia de Muitos Embates – A Ascensão do Romance em Portugal. *Floema*, Ano VII, n.9, p.249-282, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, João Bartolomeu. A educação na revista *O Panorama*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008 (Educação, tese de doutorado). Tomo I.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. *O Panorama* (1837-1868): História de um jornal. *Patrimônio & Memória*, São Paulo, v.4, nº.2, p.236-254, junho de 2009.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Porto, 19--. 966 p

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Herculano e a consciência do liberalismo português*. Castelo Branco: Bertrand, 1977.

SILVA, Jorge Claudio Bastos da. *A monarquia portuguesa na obra de Alexandre Herculano*. 2011. 197 f. Tese de Doutorado (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TASCA, Michelle Fernanda. "À sua majestade: Composição das Histórias Nacionais de Brasil e Portugal". In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (Orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia:* biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

VARGUES, Isabel Nobre. "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820". In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Co-autor: Regina Anacleto. Lisboa: Estampa, 1998. v. 5 – O Liberalismo (1807-1890). pp. 41-55.